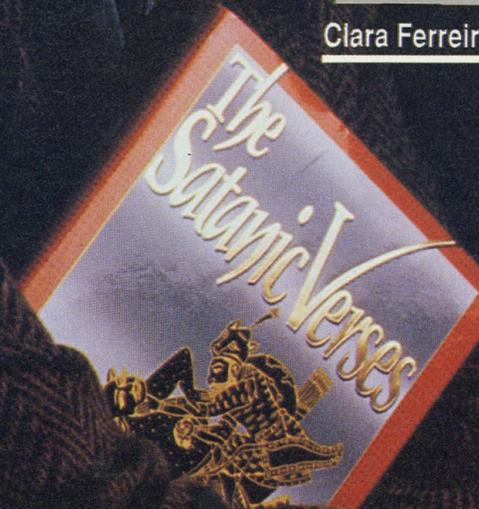
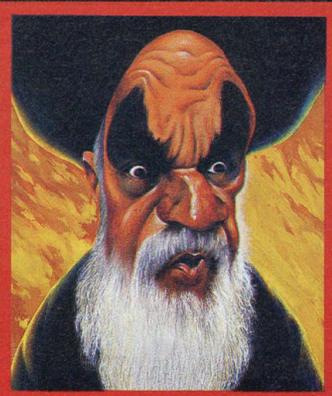


O "ayatollah" Khomeini condena à morte um escritor: Salman Rushdie, cidadão britânico de origem muçulmana. Crime: ser o autor de um romance considerado "blasfematório" para o Islão e o profeta Maomé.

Depois dos autos de fé que os fundamentalistas haviam promovido em vários países, a sentença definitiva pelo líder xiita.

O mundo estremece: o terror tornará o Ocidente refém de Khomeini? O EXPRESSO leu o livro e avança pistas para o enquadramento político, histórico e religioso do "caso Rushdie"



A queda de um anjo

Clara Ferreira Alves

«Baal disse, 'Acabei. Faz o que quiseres.'

Foi então sentenciado à decapitação, logo a seguir, e quando os soldados o levaram da tenda para o terreno da matança, gritou por cima do ombro: 'Putas e escritores, Mahound. Somos a gente que não podes perdoar.'

Mahound respondeu, 'Escritores e putas. Não vejo qual seja a diferença.'

The Satanic Verses (pág. 392)

O IMAN lançou contra ti, Salman Rushdie, o escritor, o anjo Azreel, o anjo da morte.

As trompetas da vingança ressoam de um e do outro lado dos mares e dos continentes que dividem a terra em ocidente e oriente e Azreel anda à solta, gritando a ira de Deus de que é a mão direita. Deus é ira e vingança? É amor e perdão? Quantos nomes existem de Deus? Qual é a ideia de Deus? E a do Outro, o Diabo? «Um livro é o produto de um pacto com o Diabo que inverte o contracto faustiano. O Dr. Fausto sacrifica a eternidade em troca de

duas dúzias de anos de poder; o escritor concorda com a ruína da sua vida, e ganha (mas só se tiver sorte) talvez não a eternidade mas a posteridade, pelo menos. Em qualquer caso é o Diabo que vence», escreves na página 359 d' **Os Versículos Satânicos**, pela boca de Jumpy Joshi, o poeta. O que escreve o poeta? Versos. «A trompeta, Azreel, chama do fundo do bolso de um sobretudo: Pegame!» Tens de pensar em ti, Salman, o escritor, «de agora em diante, como vivendo perpetuamente no primeiro instante do futuro».

Vão-te obrigar a pedir desculpa, perder a face, mudar o rosto, invocar o perdão. Não te fies na tolerância do ocidente nem na raiva do oriente. Caíste de cabeça no meio do mar, como os teus anjos de romance, e na incomensurável distância entre cá e lá és uma caravela à deriva na tempestade, varrida pelos quatro elementos em fúria: o fogo da religião, a água da política, o ar da conjura, a terra da dependência. É perigoso metermo-nos com anjos e demónios, mesmo no fim

do século XX quando eles parecem estáticos num repouso de pedra. Tão perigoso como atravessar os mares e ligar a Europa à Ásia. «Damn you, Índia...»

Quando estiveste em Lisboa, num Verão sonolento de congressos e querelas entre escritores do leste e do oeste, entre realismo e imaginação, quiseste trocar o «whisky» bebericado nos bares do Ritz e as intrigas de meia escala pelos túmulos de Camões e de Vasco da Gama. Tinhas conseguido intervir em quase todas as sessões de Queluz, tinhas irritado os italianos e os russos, acusaram-te de «engagement» e pragmatismo à inglesa, de anti-that-cherismo clubista. Acusaram-te a ti e aos outros, Ian McEwan, Malcolm Bradbury «et alia»... Tentavas explicar com a simplicidade dos insensatos pacíficos — o escritor é um insensato pacífico — que escrever significa modificar se não o fundo pelo menos a superfície das coisas. Depois, farto dos jantares e dos diálogos surdos, desandaste em busca do poeta e do navegador. Encurtámos a entrevista e apanhámos um táxi para Belém. Eu estava às

aranhas, sem saber bem onde parava o navegador, se perto ou longe do bardo, e tu querias dois. Vasco da Gama: «que aportou a Cochim em busca de especiarias e que pôs em movimento toda essa história ambígua do oriente-e-ocidente». Tu o escreves.

Tinham que estar em Belém, e achaste aquela torre um delicioso enfeite de açúcar, e aqueles Jerónimos repuxados a cordas e arabescos um panteão certo do homem sábio que morrera em pouco no desterro de Babel, «super flumina». Recitavas versos de Camões logo de manhã, que mania! Lisboa, com a luz branca e as impurezas da raça à vista, parecia-te uma capital de portugueses, simpáticos donos de bazar, maus administradores da tradição. Eis como nos apanhámos os dois, com o inocente do McEwan, discutindo impérios e essa «vexata quaestio» da identidade e da pátria, remota para sensibilidades britânicas. Os portugueses ainda andam à procura da identidade nacional? Maravilha das maravilhas, ali estava uma das tuas obsessões favoritas.

A Índia, produto de ecletismos e variedades, tem igual problema. Ou serão os indianos? Um país não procura uma identidade, um poço sim.

A Índia, colonizada, abandonada, orgulhosa e dividida em nome de Deus, não sabe quem é o seu indiano. E que indiano é um indiano que nasceu em Bombaim e foi transplantado para o Paquistão depois do cisma? E que indiano é um indiano/paquistanês transplantado para Oxford e a Babel londrina? E que indiano/paquistanês/cidadão britânico é um escritor de livros incómodos? Que nacionalidade têm os mentirosos? Grandes questões percorrem os teus livros, **Os Filhos da Meia Noite** e **Vergonha**. Grandes questões que dão à costa n' **Os Versículos Satânicos**, que mais não é do que um complexo e doloroso processo exploratório da identidade de Salman Rushdie, Criador e Imitador, anjo e demónio, ocidental e oriental, sublime detentor da Mentira. Mais não é do que um livro em busca da Revelação da Verdade, sabendo do início que toda a Verdade deve ser queimada

porque é proibida. Questões... dando à costa como os corpos dos teus anjos caídos de um avião partido em dois sobre a Mancha, os teus Gibreel e Chamcha. Dois actores. Uma escolha insinuante: os actores não têm rosto, têm máscaras, máscaras atrás de máscaras; são mutantes, personalidades desviadas. Cuidado.

E porque é que dois actores caídos numa praia de Inglaterra (ambos de origem indiana, um de passaporte britânico e outro não, foram escolhidos pelo grande criador, o escritor, para ordenar o caos do pensamento através da magia das palavras? E porque é que a palavra desencandeou, pelo contrário, o caos? O que está em **The Satanic Verses** que tanto ameaça o Ente Supremo? Está isto: o Ente Supremo não existe. **Os Versículos Satânicos** são o romance de um escritor que perdeu a fé, um homem secular. Um homem que não se submeteu à mensagem do texto sagrado mas acreditou no «rigor, na autodisciplina, na razão, na perseguição do que é nobre sem recorrer a essa velha mula, Deus. No ideal de beleza, na

Tens um jeito incrível para causar embaraços, mas achas que um escritor não deve apenas revelar-se ante si, deve revelar-se aos outros. Agora és um best-seller com a cabeça a prêmio, ironia trágica. Os conservadores revelaram-se mais tesos do que os trabalhistas, que viram a turba de Bradford queimar os «Versículos Satânicos» sem esboçar um gesto. A esquerda tem destas hipocrisias, arremedos de anjo e demónio, como a direita. Não te fies nos políticos...

Foto: S. S. S. S.

possibilidade da exaltação, na mente.» É por isto que te querem matar, e por não seres nem um deles, nem um dos nossos, nem do ocidente nem do oriente. Tornaste-te um intocável. «Damn you, Índia...»

Era uma vez...

Agora que os computadores nos tiraram essoutra velha mula dos começos de texto, a «angústia da página em branco» e a substúiriam pela angústia do écran em branco (até os lugares comuns mudam de lugar), recorro a outro lugar comum: que farei com este livro? Quinhentas e cinquenta páginas de uma letra miúda que escondem um segredo e uma blasfémia, diz o Imam e dizem os jornalistas e as multidões bravas com cartazes e mulheres de negro e cara tapada e homens jovens e barbudos que se dizem estudantes. Estudantes? Hás-de apreciar a ironia. Ninguem o leu. Esmiucei recortes e recortes de revistas, sujei as mãos com tinta de jornais, dedilhei

(Continua na página 6-R)

(Continuação da página 5-R)

opiniões de colonistas e ouvi imagens na televisão. Sempre me pareceu: ninguém leu **Os Versículos Satânicos**. Invocam os argumentos de Maomé/Mahound (nome de Diabo) e do episódio das prostitutas mulheres do profeta. De resto, nada. Nem um esclarecimento. Li há pouco tempo que fizeram uma sondagem na Itália (ou coisa parecida) para saber quanto tinham, de facto, lido **O Pêndulo de Foucault** do Umberto Eco. Poucos, raríssimos. Nas livrarias, o livro esgotava. As pessoas compram mas não lêem. Lêem o que sobre os livros se escreve nos «media», não lêem os livros. Agora que o teu livro é um livro proibido pelo Grande Inquisidor, imagino-as dissipando serões e ganhando miopias, com o olho na blasfêmia, na heresia. Eras um autor premiado e considerado que escrevia romances longos a que a crítica apunha adjectivos e rótulos de realismo mágico; e a que a espiritualidade literária londrina chamava «romancezinhos de um remanescente do império feitos à medida do Booker». Oh, Oh, discípulo de Garcia Márquez a oriente, anti— Maggie, esquerdistas descarado, artista virtuoso à caça da recompensa. No meio disto, alguém te ia lendo e traduzindo, e admirando, e tinham amigos verdadeiros no covil das cínicas civilidades. Mas não gostavam muito de ti, nem da tua pele, nem do teu militância humanista e partidário com tentações de esquerda. Do outro lado dos mares, a sra. Gandhi e o filho «piloto de linha aérea» não te engoliam e a Virgem de Ferro não deve ter gostado muito de saber que foste tu que lhe puseste o nome. Tens um jeito incrível para causar embaraços, mas achas que um escritor não deve apenas revelar-se ante si, deve revelar-se aos outros. Ser lido e ouvido e imaginado. Pouco snob, e fora de moda, como sabes. Agora, és um best-seller com a cabeça a prêmio, ironia trágica. Os conservadores revelaram-se mais tesos do que os trabalhistas, que viram a turba de Bradford queimar **Os Versículos Satânicos** sem esboçar um gesto. A esquerda tem destas hipocrisias, tem arremedos de anjo e de demónio, como a direita. Nunca confies nos políticos, só fazem política. Mas, do Império Britânico resta a lucidez liberal e protectora que incensou as novas jóias da Coroa: os Rushdies, os Nainpaul, as Nadine Gordimer.

No meu país, os dois portugueses, vendeste pouco apesar do esforço de um ótimo tradutor. No meu país solipsista e melancólico, lê-se pouco. E há pobres e poetas a mais, que ninguém lê.

No meu país proibiram um programa de televisão porque uma rainha santa dizia que o rei a encornava. É verdade. No meu país os escritores e o PEN nunca falam de direitos civis, prisioneiros políticos, dissidentes ou livros proibidos. Fazem-se colóquios e jantares, dão-se prémios. E lançam-se e cumprimentam-se muito. Gostava que lessem aqui o teu romance. Ofereço deste desejo várias tentativas de explicação.

Primeira tentativa de explicação

Pensava que já não se escreviam grandes romances no cabo dos anos oitenta. Honestamente pensava. Estamos em maré de pastiches e pós-modernismo e realismo sujo. De vez em quando o Garcia Márquez atira com um romance e demonstra que depois de Borges e de **Cem Anos de Solidão** não se inventou nada na ficção excepto os conceitos da «mitteleurope», da culpa alemã e da megalomania do judeu americano (pré-existent). E o Kunderrá está condenado a repetir-se. Austríacos, americanos, ingleses, sul-americanos, norte americanos, sul-africanos, japoneses... a literatura reparte-se em geografias e gerações mas um grande, grande romance, o último que li foi o do colombiano que gosta de Fidel, **O Amor nos Tempos de Cólera**. Enganei-me. Há **The Satanic Verses**, um extraordinário romance, muito além dos anteriores, muito além do bem e do mal. Era preciso começar por aqui, o mais simples.

Li-o em 48 horas, intervaladas a cigarros, cafés e noticiários de televisão. Tinha medo que te matassem e do que me restaria de texto e desgosto se Azreel te tocassem. Os jornalistas são como os escritores e as putas, mas são — milagre dos milagres — as duas coisas ao mesmo tempo; e creio que Mahound também não veria a diferença e não nos perdoaria. Saí do livro atordoada, porque descobri que de baixo do olhar de pálpabras caídas e da curiosidade por túmulos existe uma cabeça genial. Claro, claro, já tinha reparado na inteligência, na erudição, na sensibilidade, na imaginação, na glória do artifício, no manuseamento perfeito da linguagem, todos os disparates instrumentais do crítico. Mas não sabia, deveras, que eras capaz de escrever um romance tão extraordinário como este. Não sabia que vias e sabias tantas coisas, de Lucrécio a Joyce, dos gregos a Kafka, do Rig Veda ao Dr. Fausto, da Bíblia ao Corão. Que não renegas a homenagem à América Latina, Borges e o colom-



«Quando estiveste em Lisboa, num Verão sonolento de congressos e querelas entre escritores, quiseste ver os túmulo de Vasco da Gama e de Camões»

biano. Reescreveste nas quinhentas e cinquenta páginas a história da humanidade através das infinitas histórias das tuas personagens errantes arrancadas sabe Deus (eu disse Deus?) don-de...

Não, o Imam, os mullahs, não lerem o teu livro, nem o compreenderiam, velados por aquele véu espesso de fanatismo, tapados cabeça e coração pelo tchador do ódio. Era uma vez... podia ser assim ou não ser... tudo é possível... no meu país há um poeta que fala em que tudo vale a pena quando a alma não é pequena mas os usos gastaram a frase como uma pedra polida pelas águas.

Segunda tentativa

Posso esclarecer já: não consigo resumir a intriga d'**Os Versículos**. Não tem uma, tem mil, como as mil e uma noites. E o tempo e o espaço? Não, não é seguro. Tu monta-los como queiras, levamos à cavalgada pelos confins do tempo, traze-nos dos séculos da escuridão para os das luzes e vice-versa. E o espaço? Decerto haverá referências, pontos de apoio... Não. As cidades oníricas, as cidades de areia e de água, do fogo e do ar, as cidades de Deus e do Profeta, dos ídolos e dos homens, dos crentes e dos condenados, têm ruas como a biblioteca de Borges: labirínticas, per-

do-me a vulgaridade. O vocabulário falha-me. Londres, sim, a Londres de Maggie Thatcher e da emigração asiática que viu no fundamentalismo esperança e nemesis. A Londres suave e pálda como um inglês educado sem ver sangue e a Londres babilónica, imolando-se no fogo purificador e derramando sangue como o que corre nos rios da barbárie e como o que corre por dentro dos corpos dos homens. Tumultos raciais, exactamente. E Bombaim, semente de pedintes e majestades, sobras imperiais e miseráveis. Convulsões radicais, exactamente. E Meca, a cidade no horizonte, invisível excepto aos olhos dos peregrinos que à hora da oração desenrolam no tapete uma submissão. Convicções fundamentais, exactamente. E Jahilia, onde o Profeta, Mahound, fundou uma das religiões mais poderosas da terra, a Submissão. Toda a danação será perdoada se obedeceres às regras, toda a desobediência será castigada. E depois?

Devo tentar contar estas mil e uma histórias em queda livre, pela noite fora, como os dois anjos caídos? Uma vez, explodiu um avião da Air India sobre a ilha. O avião tinha vindo de Bombaim e tinha estado sequestrado cento e um dias no deserto por um grupo extremista sikh (sic). Dele se desprenderam, na noite de neve, dois homens que afinal seriam um só. Vou chamar-lhes, para

economia e facilidade, dois dos nomes que lhes puseste: Chamcha, o indiano estrela de televisão, estrangeirado, bem vestido, culturalmente alienado, temeroso e justo, e Gibreel Farishta, o indiano estrela de cinema, nascido nas ruas, sedutor de mulheres, com casa nas Everest Vilas. Saladin Chamcha quer ser como os ingleses mas os ingleses não lhe aproveitam, como actor, senão a voz. Ele é o homem das Mil e Uma Vozes. A Voz. Faz publicidade, imitações, e uma série de televisão intergaláctica **The Aliens Show** — onde o mascarado até a cara nunca ser descoberta. Os étnicos não vendem. Gibreel Farishta quer ser como é, um «continuum» contente; e faz filmes indianos (todos sabemos o que isso significa) e teológicos, com heróis e deuses indianos, que podem ter cabeças de elefante e metamorfoses não malélicas. As metamorfoses de Chamcha e Gibreel são interiores, sobressaltos de amor e medo. Chamcha casa com uma inglesa de sotaque «upper class» e ideias radicais, Gibreel apaixonou-se por uma Alleluia Cone, escaladora de Everest e visionária de fantasmas e cidades invisíveis. O avião cai e definitiva metamorfose se dá. Caem os dois actores abraçados e reencarnam um com cara e halo de arcanjo, outro com pêlos, patas e cornos de demónio. Das peripécias de um e outro, reencarnados para bem e para mal, se

enche o livro. As coisas complicam-se quando, Salman, te metes com o sonho de Gibreel, o sonho em que ele é o anjo da Revelação, o que recita os Versículos a Maomé na montanha. Mahound, nome medieval de Maomé, nome de diabo e de deus num tempo em que ambos eram indistintos. Gibreel é também Mahound e Mahound convoca Gibreel não de fora mas de dentro de si, como num parto em que Um a Si Mesmo à luz se dá. As trevas vêm mais tarde, quando Mahound deixa de ser o perseguido para perseguir. As recitações do arcanjo — desgraçado Gibreel que não sabe o que lhe acontece naquele instante onírico — degeneram em dogmas, exortações que decidem, arbitrarias, a diferença entre o profano e o sagrado. Salman, tu não atacas Mahound, atacas o seu nome. Mas nada é sem o que o nomeia, assim nascem os teus problemas. Clama o Imam que blasfemas com Mahound e sobretudo com as 12 mulheres de Mahound, no episódio em que 12 prostitutas substituem a sua identidade pela identidade das 12 mulheres do Profeta. O episódio é blasfemo? Ridículo. Vê-se, claramente visto, que as 12 não são as 12, embora a diferença entre o poeta Baal, o marido comum das prostitutas, e Mahound, o marido Profeta, se anule na sua confrontação. Um ordene a decapitação do outro, em nome de um Deus maior, invisí-

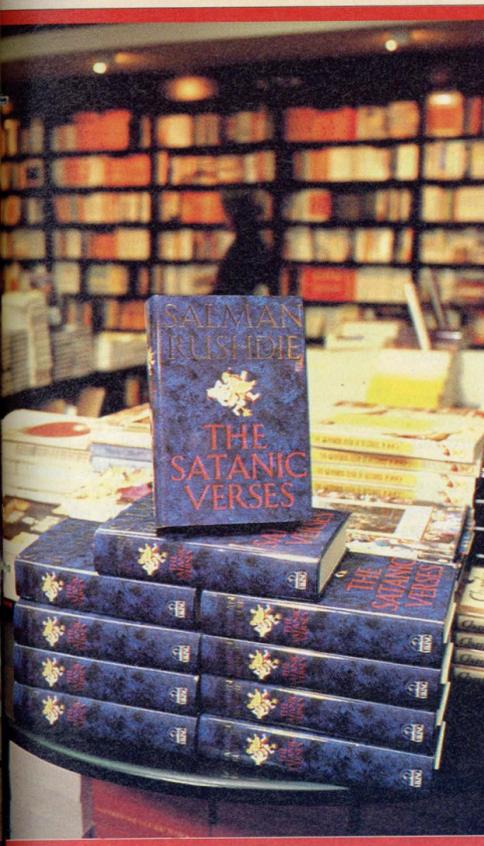
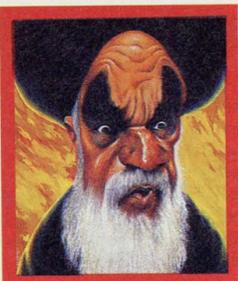


Foto D. Hudson - Sigma/ADS

Os tempos dos pirómanos



Torcato Sepúlveda

«**A** MEDO vivo, a medo escrevo e falo, / hei medo do que falo só comigo; / mas inda a medo cuido, a medo calo.» O lamento do poeta António Ferreira é impressionante, e retrata bem a doentia atmosfera cívica e intelectual em que Portugal ia mergulhando, com o progressivo reforço dos poderes da Inquisição, desde o seu estabelecimento em 1536. Vem isto a propósito da condenação à morte por Khomeini do escritor Salman Rushdie, por causa do livro **Versículos Satânicos**. Neste crepuscular fim de século, quando se comemoram os duzentos anos da Revolução Francesa, ainda a medo se vive, a medo se escreve e fala... No entanto, não deve ver-se no outro, no diferente, o responsável por todos os males, como se dentro de cada um de nós não dormitasse um censor pronto a actuar logo que as circunstâncias o permitam.

O islão é tão culpado da atitude do dirigente religioso iraniano, como o cristianismo das infâmias do Tribunal do Santo Ofício. Tanto no Corão como nos Evangelhos — sedimentações metafóricas da procura humana da perfeição — se encontram incitamentos quer à guerra quer à paz. E se, no século XIII, os «hachichiyin», sectários do Velho da Montanha — o fundador da seita era curiosamente originário de Qom, a actual cidade santa dos «ayatollahs» —, não poupavam os inimigos, o comportamento dos cruzados na Palestina não era mais brando. Em contrapartida, a conduta dos muçulmanos durante a colonização da Península Ibérica parece ter sido de uma tolerância exemplar, permitindo que cristãos e judeus, mediante o pagamento do imposto, se organizassem social e religiosamente como muito bem lhes apossasse: significativamente, o bispo moçárabe de Lisboa foi morto pelos cruzados de D. Afonso Henriques quando estes entraram na cidade...

Tantas personagens dentro de histórias, e nem uma vez elas perdem a funcionalidade narrativa. É de mestre. E estão lá o riso salvador, a paixão correspondida pelo cinema, a sátira social, os selos quebrados da convenção. Nem um sopro de redenção. Gibreel mata-se com um tiro na boca. Chamcha regressa à Índia, ao pecado original.

O sonho de Platão

Actos obscurantistas como o auto de fé de livros de Rushdie, ocorrido em 14 de Janeiro passado, na Inglaterra, em Bradford — um feudo das comunidades de emigrantes indo-paquistanesas — não podem ser explicados pela perversão de um qualquer despotismo oriental. A História do Ocidente coincide, de facto, com a História do livro, porque o livro foi uma das armas utilizadas no combate da razão contra a ignorância. Essa luta, porém, nunca foi linear, nem os campos entre o «bem» e o «mal» estiveram sempre claramente definidos: de Platão se diz que



Paquistão: onde existem livros, mais cedo ou mais tarde, lavra o fogo

sonhava lançar fogo à obra de Demócrito, e embora isso não passe provavelmente de uma atoarda, o facto é que só algumas citações nos restam do materialista da Antiguidade, pois os cristãos devem ter-se encarregado, mais tarde, de realizar o projecto do discípulo de Sócrates; o sofista Protágoras — 485-400 a.C. — viu-se perseguido pelo senado ateniense, que mandou queimar-lhe os livros por causa dos seus ataques às divindades. Atenas, berço da civilização ocidental, tinha já os seus pirómanos... Onde existem livros, mais cedo ou mais tarde lavra o fogo: a Biblioteca de Alexandria — há quem fale em setecentos mil volumes no

período áureo, mas comportava pelo menos cinquenta mil —, embora não tendo sido queimada por César em 47 a.C., nem pelos árabes em 640, quando se apoderaram da cidade, como quer a tradição, não parece restarem dúvidas de que o imperador Aureliano lhe lançou fogo em 273.

A Idade Média ganhou o péssimo hábito de queimar os livros com os seus autores. Por isso, seitas tão radicais como os «amauricianos», «suábios», «espirituais livres», «bégaros» e «béguines», «adamitas», «alumbrosos» nos deixaram tão poucos documentos escritos e a sua História tem de

(Continua na página 8-R)

(Continuação da página 7-R)

ser estabelecida através dos relatos que os inquisidores fizeram nos processos. No entanto, quando se trata de prevaricadores próximos da ortodoxia, as notícias chegam-nos com mais facilidade: em 1121, o concílio de Soissons mandou queimar um manuscrito de um texto de Abelardo, **Tratado Sobre a Unidade e a Trindade Divina**, porque o autor permitira que dele se tirassem cópias sem autorização da hierarquia.

O Estado teocrático

Mas é com o Renascimento — quando a «luz» parece levar definitivamente de vencida as «trevas» — que se dá um fenómeno comparável ao do Irão nosso contemporâneo: o dominicano Girolamo Savonarola (1452-1498) procura criar, na civilizadíssima Florença, um Estado teocrático. Amigo e confessor de humanistas como Pico de La Mirandola e do próprio Lourenço o Magnífico, tenta pôr de acordo o neo-platonismo dominante nos meios cultos com as suas preocupações de justiça e de coerência religiosa.

Começa por criticar a devassidão dos costumes e o relaxamento do modo de vida dos membros da Igreja, mas isto faria dele, no máximo, um precursor de Lutero. Savonarola desliza cada vez mais da simples posição evangélica para atitudes abertamente proféticas. Anuncia que um Papa simoníaco se sentará na cadeira de Pedro e, pouco tempo depois, Alexandre VI — que abertamente comprara o voto de alguns cardeais — foi eleito Papa. O seu ascendente sobre o povo de Florença é cada vez maior. Chamado a Roma para explicar a sua posição, recusa deslocar-se lá. Rompe então com os antigos amigos letrados e convida o povo e os governantes a reformarem as suas vidas. Em 7 de Fevereiro de

1497, no decurso de uma festa religiosa que substituirá o carnaval, os florentinos queimam numa grande fogueira roupas luxuosas, quadros, livros. Instigada pelo frade, a juventude assume-se como polícia dos costumes e a denúncia torna-se uma prática sistemática... Savonarola imiscui-se cada vez mais nos negócios do Estado e erige-se em consciência da cidade. Maquiavel — que o detesta, e para quem a religião é apenas um arma política — chama-lhe mentiroso em carta a um amigo. Saturado, o Papa exige que Florença lhe entregue o visionário.

O povo miúdo hesita, mas a grande burguesia teme as consequências económicas de um confronto com Roma e o dominicano é abandonado à Inquisição.

Torturado, confessa a falsidade das suas profecias. É enforcado. A economia vencera mais uma vez a ideologia.

Se compararmos o humanismo inicial de Savonarola com os discursos liberais e moderados de Khomeyni no exílio, em Paris, antes da queda do Xá, o paralelismo dos dois destinos torna-se impressionante. Resta saber

quanto tempo, no Irão, consentirá ainda a economia os delírios da ideologia.

«Uma memória de infâmias»

«Numa das comédias de Bernard Shaw — ironiza Jorge Luis Borges — o fogo ameaça a Biblioteca de Alexandria: alguém exclama que arderá a memória da humanidade e César responde-lhe: 'Deixa-a arder. É uma memória de infâmias'». A História do livro é de facto uma História de infâmias, o que não significa que, para não coabitarmos com ela, devamos queimar as bibliotecas. Mas às vezes apetece uma certa inocência nesta matéria: não prejudicaria em nada a educação de um homem livre ignorar que um grupo de facínoras, reunidos em tribunal, tudo tenha feito para humilhar uma grande inteligência, que cometera o erro de estar em avanço sobre a sua época. Falar de Galileu — 1564-1642 — é falar dos terríveis poderes do medo, da sua extraordinária eficácia.

Em Portugal, pretendeu-se aliás construir

o intelectual baixava a cerviz e apoiava as alterações, solicitava-as até: «Para poderem ser de ti aprovados / Meus versos e de todos bem ouvidos, / Devem primeiro ser de ti emendados / Com mão de amigo, com cuidado lidos: / Serão com tua lima confiados...», escrevia Pedro de Andrade Caminha ao censor frei Bartolomeu Ferreira. Uma antevisão dos condenados dos Processos estalinistas de Moscovo, concordando com os seus acusadores!

E não se julgue que a passagem dos poderes da Inquisição para a Real Mesa Censória, por iniciativa do marquês de Pombal, suavizou o regime. Em 24 de Setembro de 1770, um Edital proibia 122 obras, praticamente tudo o que a Europa das Luzes produzira: Bayle, Voltaire, La Mettrie... Os livros condenados foram queimados na Praça do Comércio, no dia 6 de Outubro. O despotismo de Pombal nem por ser iluminado era mais inteligente do que a tirania dos frades. O temor da censura era tão grande que — conta Silva Bastos em **História da Censura Intelectual em Portugal** — um sujeito do Cartaxo pedia licença para imprimir um cartão de convite: «Participa a V...

Afonso Jorge de Sousa, que no dia 15 do corrente, pelas 4 horas da tarde, ha de baptizar-se huma sua filha, na Igr.ª de S. João Baptista, onde espera lhe faça a honra de solemnizar este acto.» Assim se formava um povo triste, desconfiado, que vivia como se «vivera entre inimigos», notava já século XVII Tomé Pínhireiro da Veiga. Mas que fazer? «A obrigação de denunciar um hereje é coisa que sempre existirá», avisa no seu **Manual do Grande Inquisidor de Aragão**, frei Nicolau Emérico (1320-1399).

Abolir a História

O século XX não censurou ou queimou menos livros do que os precedentes; talvez um pouco mais até do que o XIX. Simplesmente não o fez para defender a fé num ente supremo, mas por razões de Estado, um Estado que, perante a dessacralização do mundo, pretendeu ocupar o lugar do Deus de que Nietzsche anunciara a morte. Em 10 de Maio de 1933, a Alemanha, que ainda há poucos anos era a vanguarda de todas as revoluções estéticas e sociais, aplaudia um enorme auto de fé de livros «antigermánicos», organizado pelos nazis na Praça da Ópera, em Berlim. Não foi com certeza um acaso o facto de os nacionais-socialistas — chegados ao poder por via eleitoral, não o esqueçamos — terem escolhido como alvos principais da sua irracionalidade a psicanálise — Freud e Reich — porque tentava conhecer os demónios que habitam o inconsciente, e os reformadores sociais racionalistas como Marx porque eram o último ponto de referência contra a onnipotente e omnipresente barbárie organizada em sistema: «— A que país vamos desta vez, senhor Grosz?, perguntava um taxista ao caricaturista dádá, enquanto o conduzia à estação do caminho de ferro. — Vamos para onde o homem de gabardina e de bigodinho não reinar, res-

poudeu o artista. — Mas é que ele dentro em breve vai chegar a toda a parte, resmungou o condutor»...

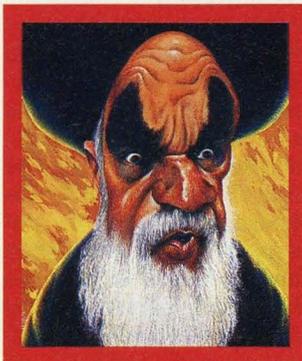
O livro tem sido o principal escolho com que se depara o totalitarismo moderno no seu programa de coagular o tempo, de viver num eterno presente, sem passado nem futuro. De abolir a História, enfim. A brutalidade espectacular dos nazis, o estalinismo — tal como o salazarismo — preferiu a censura subterrânea, a expurgação silenciosa, porque até a própria censura devia ser censurada. «O medo vai ter tudo / (...) o medo vai ter heróis», vaticinava muito avisadamente Alexandre O' Neill. A partir do fim dos anos 20, toda a produção teórica ou literária é expurgada ou censurada na URSS. A primeira edição das **Obras Completas** de Lenine havia sido comentada por Kamenev, um futuro «traidor»? Pois desaparecerá como a segunda e a terceira, ainda em parte anotadas por ele de parceria com outro futuro «renegado», Bukharine. Hoje, continua a haver textos de Lenine não acessíveis ao historiador, remetidos para um fundo especial dos arquivos do partido. Estaline caiu em desgraça? Pois o melhor é fazer de conta que nunca existiu. A publicação das **Obras** do ditador parou quando ele morreu. Não é verdade que o socialismo não tem opositores porque ninguém se pronuncia contra ele? Os Processos de Moscovo de 1936, em que os acusados se declaram culpados, lembram os processos da Inquisição em que os suplicados, admoestados pelos carrascos, pedem perdão de pecados que nunca cometeram: «Uma verdadeira caça às bruxas», indigna-se o socialista Frederico Adler. O húngaro Lukacs, um dos poucos pensadores da dialéctica materialista com credibilidade teórica depois da morte de Marx, retracta-se duas vezes e acaba por escrever um elogio idiota de Estaline, **Destrução da Razão**. A literatura demonstrou por vezes mais dignidade: os poetas Essenine e Maiakovski suicidaram-se; grandes romancistas como Bulgakov escreveram toda a vida para a gaveta; **O Doutor Jivago** de Pasternak só foi editado no ano passado, em Moscovo, mas como fora publicado no estrangeiro, ganhou o Prémio Nobel em 1958. O estalinismo, que quis transformar todos os cidadãos em súbditos do Estado, fez do Estado o inimigo de todos os cidadãos. Qualquer informação que nele tivesse origem perdia de imediato a credibilidade. Uma rede cultural paralela foi sendo montada pouco a pouco. O livro entrou na clandestinidade — e é esse um dos seus mais fortes motivos de orgulho — como nos tempos negros da inquisição ibérica. Na URSS de Estaline e Brejnev, a população só acreditava no «samizdat». A «censura é o governo dos mudos em proveito dos vizires», protestava Benjamin Constant, em 1828. Mas nem só a censura impede a comunicação. Concepções restritivas da liberdade de publicar levaram Baudelaire e Flaubert a tribunal, com sortes diversas aliás: **As Flores do Mal** foram condenadas e **Madame Bovary** absolvida. Não são coisas de que o muito liberal Ocidente se possa orgulhar. Margaret Thatcher não tentou ainda há pouco impedir a publicação na Austrália do livro **Spycatcher**, do ex-espião britânico Peter Wright? E em Portugal parece ter acontecido pior há meia dúzia de anos: uma editora marginal publicou um velho folheto de propaganda republicana e anticlerical — **O Bispo de Beja**, de Homem-Pessoa — e a PJ apreendeu os exemplares que encontrou em «stock». Nunca houve julgamento, mas os livros também nunca foram devolvidos. Um delegado do Procurador da República teria falado em «queimá-los» se se visse na contingência de ter que os entregar ao dono...



Berlim, 1933: auto de fé de livros «antigermánicos»

uma sociedade sobre o medo. A Inquisição portuguesa parece ter sido mais severa do que as de Itália, França e Castela, e disso se queixam os nossos cristãos-novos, segundo Jacinto do Prado Coelho em **Originalidade da Literatura Portuguesa**. Na mesma obra, Prado Coelho engloba a censura e a autocensura entre os factores modeladores da nossa originalidade... E há razões para isso, de facto. Personalidades como Damião de Góis, Garcia de Orta — o Santo Ofício condenou-o depois de morto, desenterrou-o e queimou-lhe os ossos —, António Vieira, Bocage foram incomodados pela Inquisição. António José da Silva, «o Judeu», um dos maiores dramaturgos portugueses, foi queimado em auto de fé. O Cavaleiro de Oliveira, mais afortunado, foi queimado em efígie quando já se encontrava em Inglaterra, o que lhe dá matéria para ironias: parece que nesse dia estava por lá um grande frio e ele se sentiu mais aconchegado com os valores que vinham de Lisboa... Gil Vicente, Garcia de Resende, Sá de Miranda, Camões, Bernardim Ribeiro, António Ferreira, António Ribeiro Chiado e outros, muitos outros, viram obras suas censuradas, expurgadas ou, pior ainda, emendadas. E

Matarás em nome de Deus



João Carlos Silva
e
José Cardoso

A CONDENAÇÃO à morte do escritor Salman Rushdie pelo líder espiritual do Irão, o «ayatollah» Khomeini, se bem que revestida de considerações religiosas, encerra uma forte componente política, um dos aspectos da qual é, sem dúvida, fazer ressurgir uma revolução islâmica adormecida.

Ou seja, o «fatwa» (decreto religioso) de Khomeini é o mais recente exemplo — e, porventura, o mais paradigmático — da indissociável ligação Estado-religião do credo xiita. Nesta perspectiva, o «caso Rushdie» será, mais do que uma mera questão religiosa, uma peça de uma estratégia: alimentar o fervor islâmico, para não deixar esmorecer um dos pilares do xiismo — a revolução constante. O «caso Rushdie» surge, neste contexto, como um catalizador ideal.

Quer a sentença de morte seja executada quer não, o importante é o apelo em si, com a onda de entusiasmo que despertou em boa parte das comunidades muçulmanas espalhadas pelo Mundo e que, de certo modo, devolveu ao Irão uma posição de guia espiritual do mundo muçulmano.

Para o Ocidente, esta condenação de um cidadão estrangeiro, residente no estrangeiro e, para cúmulo, por causa de uma obra intelectual de ficção, é mais uma prova de que o Irão vive na Idade das Trevas. Mas, do ponto de vista islâmico, o castigo para Rushdie era — na interpretação dos «mullahs» xiitas iranianos — a única saída para punir a «blasfémia», uma punição que não está circunscrita a quaisquer fronteiras espaciais.

«**Não há conceito de estrangeiro para o Estado islâmico. Salman Rushdie é muçulmano e está subordinado à lei corânica**», afirmou ao EXPRESSO um especialista em questões árabes e islâmicas, de origem muçulmana e a residir em Portugal, que pediu para não ser identificado. «**Quem é muçulmano de origem pertence ao islamismo: a sua vida é dirigida através do Islão. Ora quem renega o Islão (como Rushdie é acusado) deixa de ser muçulmano e é condenado à morte**», precisou-nos a mesma fonte.

O escritor nasceu em 1947, numa família muçulmana em Bombaim, mas perdeu a fé enquanto estudante universitário em Inglaterra.

Declara-se ateu, «**com um buraco com a forma de Deus**» dentro de si.

Por outro lado, e seja ou não o «pecado» de Rushdie considerado muito grave por todos os muçulmanos, «**não seria de esperar uma reacção tão violenta, se não existisse um Estado iraniano como ele é na realidade: marcado pelo fanatismo e pela intolerância**», acrescenta o especialista ouvido pelo EXPRESSO.

Revolução permanente

Esta situação deriva essencialmente do facto de o Irão ser o único país muçulmano dirigi-

do pelo clero xiita, o que lhe confere características próprias resultantes dos pressupostos em que assenta o ramo do Islão que é o xiismo. Para sunitas e xiitas, a fonte onde bebem os ensinamentos e que molda o seu comportamento quotidiano é a «sunna» (tradição) — os ensinamentos de Maomé. Contudo, para os xiitas, estes ensinamentos são, por assim dizer, constantemente «actualizados» pela interpretação dos factos feita à luz do Islão pelos imãs, os descendentes directos do profeta.

Nas palavras do mesmo académico, «**a revolução religiosa é contínua e o Mundo (Estado, sociedade, cultura e outros valores) está sempre sujeito a um poder superior infalível**».

Passaporte para o céu

Foi este espírito de «revolução permanente» que alimentou a militância das massas iranianas — levando-as primeiro a derrubar o Xá Reza Pahlavi e depois a seguir fervorosamente a palavra do imã Khomeini; foi

também o responsável pelo empenhamento integral da sociedade iraniana na «guerra santa» contra o Iraque. Ondas sucessivas de soldados partiram para as frentes de combate com a garantia de Khomeini de que a morte equivaleria ao estatuto de mártir e à entrada no reino dos céus. A promessa foi, de resto, repetida na semana passada para aquele ou aqueles que assassinassem Rushdie. Para os seguidores do imã, este «passaporte» para o céu poderá ser em si mesmo mais aliciante do que «quaisquer» três milhões de dólares de recompensa.

«**Os muçulmanos amam acima de tudo e respeitam o seu livro sagrado — Alcorão —, mais do que a sua própria vida e do que quaisquer bens materiais. E o que o senhor Rushdie fez constitui a maior agressão aos valores islâmicos**», afirmava esta semana ao EXPRESSO, em declaração, o embaixador do Irão em Lisboa, J. Mozaffari.

Acontece que a aceitação de uma trégua na Guerra do Golfo pela liderança iraniana, em meados de Julho de 1988, representou, para muitos iranianos, uma humilhação.

O próprio Khomeini, no auge do conflito, afirmara que «**o compromisso equivaleria à aniquilação**» e que o Irão estava a lutar «**pela sua religião, não por território**».

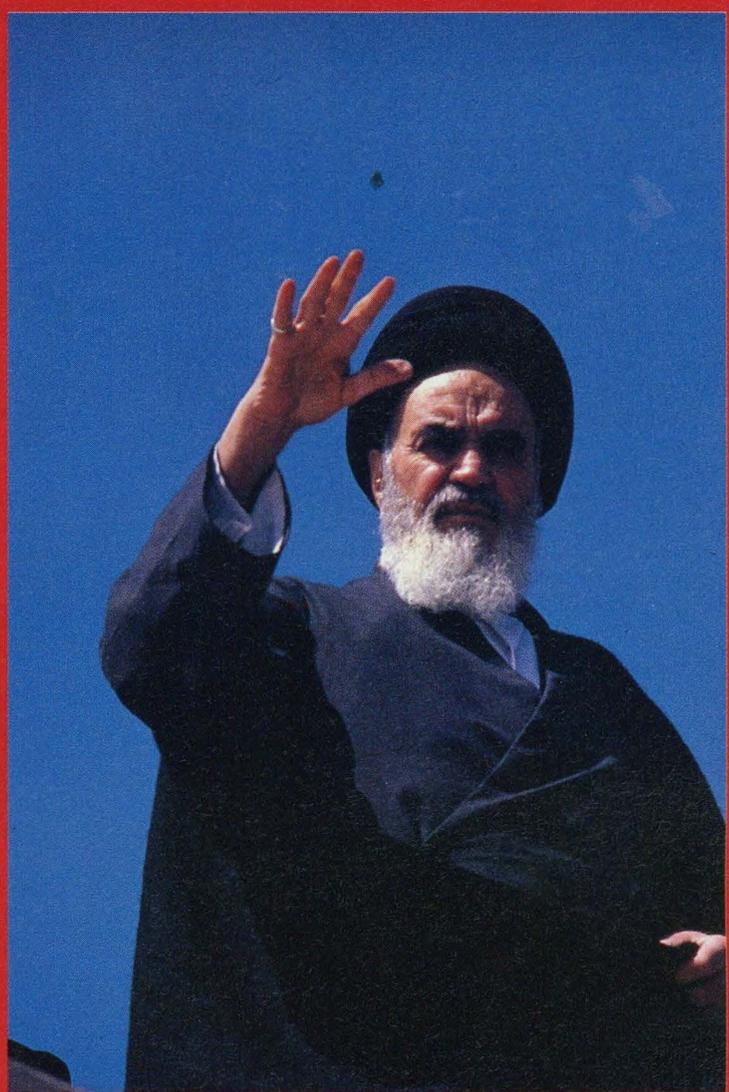
O cessar-fogo com o regime arqui-rival do «**grande Satã**» Saddam Hussein foi assim mal digerido — se não mesmo incompreendido — pelos sectores mais radicais da teocracia khomeinista. Com o armistício, a sociedade iraniana pôde então olhar mais demorada e profundamente para si mesma e ver como conseguira pouco, ao cabo de dez anos de revolução.

O próprio sucessor designado de Khomeini, o «ayatollah» Montazeri, tem repetido que «**os objectivos da revolução não foram atingidos**» e que os líderes iranianos «**deram por várias vezes provas de obstinação, gritaram 'slogans' e amedrontaram o Mundo**». É talvez por isso que, diz Montazeri, o Mundo acreditou «**que a nossa única tarefa aqui, no Irão, era a de matar**».

Estas declarações contrastam com as do Presidente Khomeini, no passado dia 11, ao encerrar as comemorações do décimo aniversário do regime. Para o Chefe de Estado, a revolução islâmica está agora «**consolidada**» e tornou-se mesmo «**um modelo para os desertados do Mundo**».

Luta pelo Poder

Tais contradições espelham — cada vez com mais frequência — uma luta pelo poder entre
(Continua na página 10-R)



A cruzada lançada por Khomeini veio pôr em xeque...

...a estratégia de abertura ao Ocidente conduzida por Rafsanjani



Setboun — Sipa Press/Ferlaque

EXPRESSO, SÁBADO 25 DE FEVEREIRO DE 1989

(Continuação da página 9-R)

facções do regime. O «ayatollah» Khomeini garante que este tipo de luta é «um conceito estranho ao islamismo» e Khomeini sublinha que se trata de desinformação «espalhada no estrangeiro pelos inimigos da República Islâmica». No entanto, o sucessor designado de Khomeini confirmou implicitamente as divisões existentes, ao referir recentemente a necessidade de «uma informação que não esteja sob o monopólio de uma única linha política».

Desde o cessar-fogo com o Iraque, a facção preponderante é a dos chamados «pragmáticos», liderados pelo presidente do Majlis (Parlamento) e comandante supremo das Forças Armadas, Hachemi Rafsanjani. Partidários do cessar-fogo e da abertura ao Mundo, Rafsanjani e os seus pares têm ensaiado, com êxito, a aproximação aos países árabes moderados e a grande parte do Ocidente, apostando também numa certa liberalização interna, principalmente no campo económico.

Na mó de baixo ficou a corrente «radical» que, durante os anos da guerra, traçou aparente-

temente o curso da revolução e cujo chefe-de-fila, o primeiro ministro Mir Hussein Mussavi, se viu relegado para segundo plano e alvo de críticas.

Segundo alguns observadores haverá ainda uma terceira corrente com a qual o Presidente Ali Khomeini se identificaria: o campo conservador mais moderado e tradicionalista, que recusa o cariz «socializante» da facção Mussavi, mas rejeita também aquilo que considera um liberalismo excessivo dos partidários de Rafsanjani.

O caso Rushdie, aliás, suscitou declarações exemplares destas facções.

Na sexta-feira da semana passada, o Presidente Khomeini sugeriu que o escritor poderia ser perdoado, caso apresentasse uma desculpa pelos insultuosos **Satanic Verses**. No dia seguinte, essa desculpa surgiu: «**Lamento profundamente a consternação que o livro provocou em seguidores sinceros do Islão**».

No entanto, e quando alguns analistas aventavam já a hipótese de ser posta uma pedra sobre o caso — até pela reacção positiva que a declaração de Rushdie

provocou entre a comunidade islâmica na Grã-Bretanha —, a agência iraniana IRNA transmitiu, no domingo, nova e violenta declaração do «ayatollah» Khomeini: «**Mesmo que Salman Rushdie se arrenda e se torne o homem mais pio de todos os tempos**» qualquer muçulmano «**deverá dar tudo o que tem, a sua vida e a sua riqueza, para o mandar para o inferno**».

«Alienação»

Observadores da situação iraniana fazem notar, à guisa de explicação da sentença, que o imã, sempre que viu uma facção a ganhar demasiado terreno, saiu em «ajuda» da outra, para «**equilibrar os pratos da balança**».

Se assim é, conseguiu-o com o «caso Rushdie». É inegável que a cruzada lançada por Khomeini veio, no mínimo, turvar as águas da normalização com o Ocidente, pedra de toque da política externa dos «pragmáticos».

Mas há outras explicações que fogem a estes jogos de poder. Segundo o especialista em

assuntos islâmicos contactado pelo EXPRESSO, «**todo o caso tomou dimensões que podem qualificar de alienação política e desvio das massas, para afastar a atenção de falhanços a outros níveis**».

Para a mesma fonte, é também «**incontestável**» que o Irão tenta impor-se como líder do mundo muçulmano. O facto de as primeiras manifestações violentas contra o livro de Rushdie terem surgido no Paquistão não poderia ter deixado de levar Khomeini, três dias depois, a tomar as rédeas da guerra contra o apóstata.

No fundo, Khomeini é o símbolo máximo da «umma» — uma comunidade de todos os muçulmanos, que os xiitas vêem como um universo sem fronteiras. São mil milhões de almas, e os xiitas, apesar de serem apenas cerca de 10 por cento, aspiram a liderá-la.

No quadro da «umma» e da revolução constante do xiismo, a pena de morte aplicada a Rushdie é um facto natural. Por isso, talvez mais do que qualquer outro, este caso serve para ilustrar os anos-luz que, a certos níveis, separam a civilização

ocidental do final do século XX de uma nação muçulmana que, pelo seu calendário, se prepara para entrar no ano 1410 da sua era.

Lei universal

O choque dá-se sobretudo ao nível da noção de Direito Internacional que rege as relações entre os países. Com efeito, independentemente das razões morais, culturais e de Direitos Humanos invocadas pelas respostas ocidentais à sentença de Ruhollah Mussari Khomeini, os governos do Ocidente reagiram, sublinhando o absoluto desprezo que o velho imã de 88 anos e os seus seguidores demonstravam pelo Direito Internacional.

A resolução aprovada na segunda-feira pelos ministros dos Negócios Estrangeiros dos doze países da CEE — em que foi decidido chamar os seus representantes em Teerão — «**condena este incitamento ao assassinio como uma violação inaceitável dos mais elementares princípios e obrigações que regem as relações entre Estados soberanos**».

A amplitude do Direito Internacional é, porém, relativizada pela Lei Islâmica, pelo menos de acordo com a interpretação que dela fazem os líderes xiitas iranianos. A Lei Islâmica é, para o Irão, o guia supremo das acções dos indivíduos e do Estado.

«**Trata-se de uma lei islâmica e universal**», resumiu o embaixador J. Mozaffari, ao ser interrogado pelo EXPRESSO sobre se o Islão permitia que os muçulmanos e o imã Khomeini condenassem à morte um cidadão estrangeiro.

Para o Ocidente, resulta incompreensível esta colocação da Lei Islâmica acima de tudo o mais, bem como a «unicidade»-religião-Estado característica do xiismo.

Há contudo explicações que, segundo o académico ouvido pelo EXPRESSO, remontam à própria origem do islamismo.

O Islão «**não é somente uma religião interior, mas uma Lei que engloba tudo o que está relacionado com o Homem e o seu grupo social. Na sociedade beduína, onde não havia uma dualidade Estado-movimentação religiosa/nacionalista, existia**

uma vida integrada: religiosa, social e política», explica. O choque de culturas existe, mas é, por outro lado, inevitável a procura de um «modus vivendi».

Para o Irão, o regresso a um isolamento quase absoluto não será a melhor receita para recuperar de uma guerra devastadora.

Para o Ocidente — onde as reacções foram desde a condenação aberta até ao vergar da cabeça ante as ameaças de Khomeini (de que outra forma interpretar o facto de livreiros terem retirado **Satanic Verses** dos escaparates?) —, o «caso Rushdie» mostra que as relações com Teerão continuam a ser uma questão delicada.

«Islamizar a modernidade»

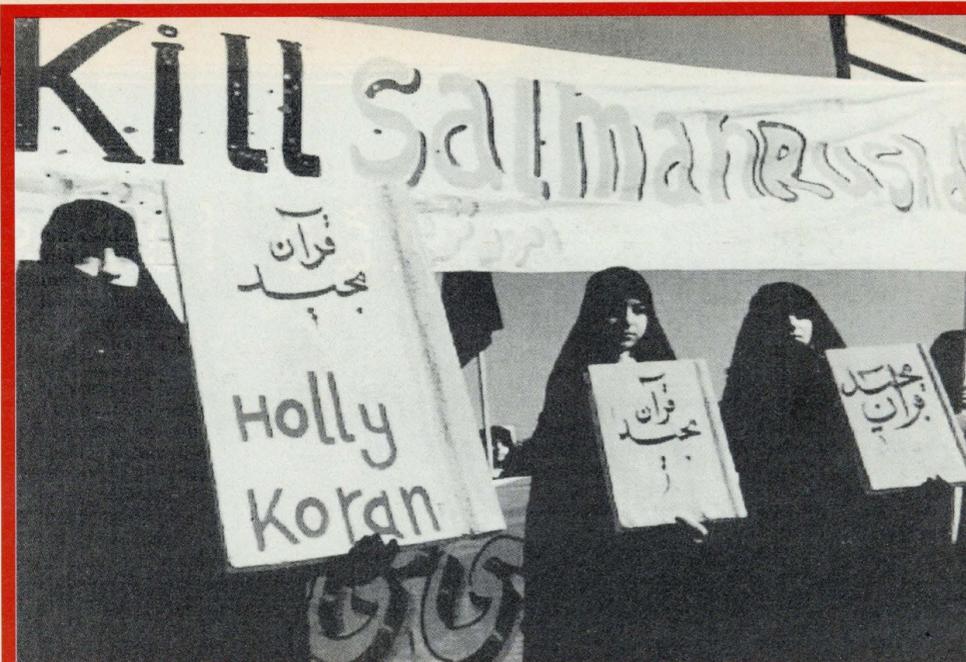
É certo que a «exportação» da revolução khomeinista não atingiu as proporções que muitos auguraram. Contudo, o próprio facto de o xiismo ser uma «ideologia» político-religiosa que visa a tomada do poder — se necessário pela violência —, para que a «charia» (lei islâmi-

ca) possa ser aplicada rigorosamente, é só por si um factor a ter em conta pelos estrategos ocidentais e por regimes muçulmanos moderados.

Um factor tanto mais importante quanto as crises sociais e económicas em muitos países muçulmanos, associadas ao constante aumento de uma população jovem, constituem um terreno fértil para a aceitação crescente de palavras de ordem como «**nem Leste nem Ocidente**» pronunciadas pelos imãs iranianos.

A rejeição do ateísmo marxista e do materialismo ocidental transformaria assim as formas mais radicais do Islão (palavra que significa «**submissão a Deus**») numa espécie de terceira via.

Uma terceira via que, ao «**recusar a modernização do Islão, para insistir, pelo contrário, na islamização da modernidade**», utilizando uma expressão do estudioso francês Bruno Etienne, dificulta ainda mais a conciliação — ou até mesmo a coexistência — com o Direito e os valores morais pelos quais se rege a maior parte do Mundo.



Irão e Bangladesh: o fundamentalismo islâmico será a nova «terceira via» entre o Leste e o Oeste?

João Carlos Espada

Em que acredita o Ocidente?

1. Quando o «ayatollah» Khomeini condenou à morte o romancista Salman Rushdie, faz por agora uns quinze dias, a polícia britânica encarregou-se imediatamente da protecção do escritor. E isso enfureceu ainda mais os fiéis do «ayatollah».

O governo britânico já era cúmplice da blasfémia de Rushdie, na medida em que não lhe proibira o livro maldito, os **Satanic Verses**. Mas essa complicitade ainda podia ser atribuída àquele «laxismo típico de ocidental decadente» que se encobre com o título de «pluralismo democrático». Agora quando a polícia vai directamente proteger o herege, isso só podia ter um significado: o Estado britânico subscrevia as blasfémias do romancista.

Um grupo iraniano de Nova Deli apressou-se então a reforçar a decisão de Khomeini: ameaçou fazer explodir «todos os aviões do Reino Unido que sobrevoem a Índia, até que Rushdie saia do seu esconderijo».

Sendo trágico, tudo isto é particularmente curioso porque o Ocidente estava prestes a convencer-se de que já não acreditava em nada. Num livro brilhante — publicado simultaneamente em Nova Iorque e Paris e que agora chegou a Portugal — Allan Bloom acusara a América de ter perdido os seus valores em troca da «abertura de espírito»: a indiferença relativista face a todo e qualquer valor. O próprio Lech Walesa, ao participar em Paris na comemoração do 40º aniversário da Declaração dos Direitos do Homem da ONU, lançaram-nos um tremendo desafio: «em

que acredita afinal o Ocidente?», perguntou ele, «que por vezes parece não acreditar em nada?». Agora, os fundamentalistas islâmicos descobriram alguma coisa em que o Ocidente acredita: no direito de Salman Rushdie publicar heresias.

2. Muitas pessoas reconhecerão sem dificuldade o direito de Rushdie a publicar o seu livro e a vendê-lo livremente. O sentimento humanitário levará tantas outras a subscrever a decisão de conceder protecção

privada, nem o culto da eficácia económica, nem os mandamentos cristãos. Muita gente respeitável desdenha a propriedade privada e prefere a vida em comunidade. Há sonhadores e idealistas que se orgulham de viver à margem da eficácia económica — e muitos deles são alvo do nosso respeito e admiração. E, embora a tradição cristã tenha tido pelo menos tanta influência na civilização liberal quanto a cultura grega, não vivemos obviamente em sociedades cristãs. Em muito boa parte, as nossas democracias liberais são produto da derrota da ambição da Igreja pelo poder temporal.

Afinal, «em que acredita o Ocidente?». Numa conferência realizada em Zurique, em 1958, Karl Popper respondeu: «Acreditamos em muitas e diversas coisas, em muitas coisas verdadeiras e em muitas coisas falsas. Em coisas boas e más».

E Popper acrescentou que nos devíamos orgulhar «por não termos uma ideia, mas muitas ideias, boas e más; por não termos uma crença, uma religião, mas várias boas e más. É um símbolo da vitalidade do Ocidente o facto de podermos permitir-nos

isto. A unificação do Ocidente em torno de uma ideia, uma crença, uma religião representaria o fim do Ocidente, a nossa capitulação, a nossa submissão incondicional a uma ideia totalitária».

A mesma preocupação em alicerçar a defesa do Ocidente no pluralismo, e não num imaginário monismo capitalista contra o monismo comunista, parece ter sido uma das grandes mutações operadas por John Kennedy no discurso

«Eis o que talvez irrite sobretudo o «ayatollah» Khomeini: uma civilização de «fracos» princípios, como o do pluralismo, foi capaz de mobilizar a polícia para proteger um único indivíduo — cujas opiniões, ainda por cima, nem sequer precisam de merecer concordância ou discordância. São apenas respeitadas»



policial ao escritor ameaçado. Mas é mais controversa a ideia que pretendo propor aqui: a de que o direito de discordar, reconhecido e protegido pela Lei, é uma das crenças nucleares do Ocidente.

Por outras palavras, se quisermos responder à pergunta de Walesa, não devemos procurar um valor único nem uma hierarquia fixa de valores. O que distingue e alimenta as democracias liberais não é nem a crença na propriedade

4. Em que acredita o Ocidente? Posso compreender sem dificuldade que esta resposta — no pluralismo dos valores — seja decepcionante para muitas pessoas. O pluralismo não propõe grandiosas causas mobilizadoras, empolgantes batalhas em nome da Honra, ou da certeza num valor superior de bem comum. Apesar de preconizar firme intolerância para com os intolerantes, o pluralismo é essencialmente defensivo e por isso também não propõe uma guerra de conquista para expandir a ideia pluralista. Ao contrário, favorece o contacto pacífico entre culturas diferentes, promove a curiosidade e a abertura ao novo.

Sintomaticamente, muitos dos clássicos defensores do pluralismo elogiaram o comércio, contrariando os ideais tradicionais de sociedades de frades e soldados. Montesquieu dizia que, regra geral, «sempre que as maneiras são gentis, há comércio» e vice-versa.

Thomas Paine elogiava no comércio «um sistema pacífico funcionando para tornar cordial a humanidade, fazendo com que as nações, assim como os indivíduos, sejam úteis uns aos outros».

E, em A Sociedade Aberta e os seus Inimigos, Karl Popper vai mesmo ao ponto de afirmar que «os contactos culturais criaram o que foi talvez o pior perigo para a sociedade fechada: o comércio, uma nova classe empenhada no tráfico e na navegação».

5. Eis o que talvez irrite sobretudo o «ayatollah» Khomeini: uma civilização de «fracos» princípios, como o do pluralismo, e de actividades pouco exaltantes, como o comércio, foi capaz de mobilizar a polícia para proteger um único indivíduo — cujas opiniões, ainda por cima, nem sequer precisam de merecer concordância ou discordância. São apenas respeitadas.

AFP

Reuters